

ESCOLAS SUSTENTÁVEIS COMO PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar parte da pesquisa sobre a proposta de política pública para Escolas Sustentáveis (ES) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no Brasil. O princípio fundamental desta proposta é que as escolas de educação básica brasileira se transformem em espaços que eduquem para a sustentabilidade. Este estudo busca identificar as raízes conceituais em que esta política pública se fundamenta; analisar algumas políticas que basearam a elaboração e construção desta proposta, assim como apresentar como o programa para Escolas Sustentáveis vem se constituindo como política pública no Brasil.

Palavras-chave: Escolas Sustentáveis; Sustentabilidade; Política Pública.

Sandra Lilian Silveira Grohe
sandrilian@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é analisar como o programa para Escolas Sustentáveis está se constituindo como política pública no Brasil. Este estudo partiu do interesse pela IV Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), na qual trouxe como tema “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”. A partir da análise dos documentos da conferência surgiram as primeiras reflexões norteadoras desta pesquisa: O que é uma Escola Sustentável? Quais os fundamentos da política para Escolas Sustentáveis? Como o conceito de Escolas Sustentáveis está se constituindo como política pública no Brasil? Como esta política está se efetivando em nível global (Nacional) e local (Estados e Municípios)?

De acordo com Sato e Trajber (2010), o princípio fundamental da política para Escolas Sustentáveis é que as escolas de educação básica brasileira se transformem em “incubadoras de mudanças”, onde deverão encontrar possíveis soluções para as dificuldades encontradas. A proposta busca, a partir de espaços educadores sustentáveis, incentivar a investigação, pesquisa, descoberta, autonomia, sonhos e possibilidades, assim como o pensamento crítico e inovador. É uma proposta ousada que estimula a liberdade de escolhas, na qual cada instituição decidirá com sua comunidade o melhor caminho em busca da sustentabilidade.

A hipótese é de que essa política proporcione movimentos locais de ambientalização, assim como atitudes ecologicamente orientadas (CARVALHO, 2002). Focalizada na educação ambiental, o conceito de ambientalização, baseado no discurso de Henri Acselrad (2010) e Leite Lopes (2006), é entendido como “o processo de internalização nas práticas sociais e nas orientações individuais de valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente. Estes valores se expressam na sociedade contemporânea em preocupações tais como aquelas com a integridade, a preservação e o uso sustentável dos bens ambientais. (CARVALHO e TONIOL, 2011)

Acredita-se que os (as) alunos (as), assim como seus (as) professores (as), funcionários (as) e comunidade, por estarem inseridos em uma escola que se propôs a

educar para a sustentabilidade, passem a se sensibilizar pelas questões socioambientais, ampliando seu modo de ver e estar no mundo. A escola, guiada pelos princípios do programa, estará proporcionando a internalização das questões ambientais, tanto dentro do espaço escolar, assim como em seu entorno.

Este artigo está dividido em três momentos. No primeiro, é apresentada a pesquisa referente ao conceito de ES, onde foram identificadas as raízes conceituais. No segundo, é exposta a análise de algumas políticas que fundamentaram a construção e elaboração do programa para ES. E por fim, no terceiro momento, é apresentado como o programa para ES vem se constituindo como política pública no Brasil.

2. ECODESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE.

A política para escolas sustentáveis está diretamente relacionada ao conceito de sustentabilidade. Este conceito vem sendo formulado no decorrer das últimas quatro décadas, a partir de eventos e movimentos sociais realizados para discutir questões relacionadas aos problemas ambientais e a preservação dos recursos naturais.

O primeiro grande evento realizado foi a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, Suécia, em 1972(ONU, 2013). Nesta época ainda não havia alusão ao termo sustentabilidade, e sim ao ecodesenvolvimento, apresentado por Maurice Strong¹em 1973 e, posteriormente, na década de 80 apropriado por Ignacy Sachs. Segundo Layrargues (1997, p.3) o conceito de ecodesenvolvimento consistia “na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza.” O ecodesenvolvimento, mesmo sem abandonar as preocupações econômicas, priorizava a preservação dos recursos naturais e o respeito às individualidades locais, culturais e ambientais.

Alguns documentos foram elaborados a partir da Conferência de Estocolmo. Um deles foi o relatório Nosso Futuro Comum, também denominado Relatório Brundtland, de

¹ Na época, Diretor Executivo do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

1987 (BRUNDTLAND, 1991). Neste documento dá-se prioridade ao conceito denominado desenvolvimento sustentável. Este conceito é apresentado como

um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Segundo o livro Desenvolvimento Sustentável (SCOTTO, 2009, p.34), “o documento aposta no apelo ao meio ambiente como uma preocupação comum que poderá reorientar as relações internacionais, no sentido de uma mudança global rumo a uma economia sustentável.” De acordo com este pensamento orientado pela lógica econômica, “a natureza passa a ser um bem de capital numa economia ecologista de mercado.” (SCOTTO,2009, p.35)

No Brasil, durante a Cúpula da Terra ou ECO 92, os movimentos sociais e ONGs, preocupados com os problemas sociais e ambientais do planeta Terra, reuniram-se para refletir sobre os documentos existentes e propor novas políticas que se afastassem das voltadas para o desenvolvimento econômico. Um dos documentos produzidos durante este evento foi o Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na qual o conceito de desenvolvimento sustentável é colocado em pauta e depois de inúmeros debates é substituído por “sociedade democrática, mais justa e ecologicamente equilibrada”.

Também foi criado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Neste documento foi compartilhada a mesma ideia do Relatório das ONGs Brasileiras, mas a crítica foi mais efervescente em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável. Este documento procurou deslocar a noção de desenvolvimento sustentável trazida no Relatório Brundtland para a noção de sociedade sustentável.

Os debates da sociedade civil, após criticarem o acento ainda desenvolvimentista do conceito, buscaram diferenciar sua posição, demarcando uma nova preocupação que é com a sustentabilidade da sociedade, mais do que com o desenvolvimento. Desta forma, buscam apontar para o sujeito social da sustentabilidade e não apenas para o

desejo de duração de um modelo de desenvolvimento. (SCOTTO, 2009, p.48)

A intenção dos movimentos sociais foi a de demarcar um novo posicionamento e a constituição de um novo modelo de sociedade e não de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável pensado dentro de uma lógica de mercado foi apontado como insustentável. Na introdução do Tratado é reconhecido “o papel central da educação na formação de valores e na ação social” e é firmado um compromisso “com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, das comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas.”²

A partir de então o conceito de sustentabilidade e o conceito de desenvolvimento sustentável passaram a ser vistos como conceitos em disputa pelo modelo econômico vigente. O intuito dos movimentos sociais foi de incluir outra lógica aos documentos de Educação Ambiental, mas infelizmente o conceito de sustentabilidade também não conseguiu escapar da armadilha do capitalismo que o utiliza ou incorpora para legitimar suas ações. A sustentabilidade atualmente é percebida como “um conceito polissêmico que por si mesmo não define um único marco interpretativo e ideológico, mas transita entre diferentes matrizes discursivas sendo disputado ideológica e semanticamente.” (CARVALHO, 2007.p.5).

Acselrad (2013, p. 6), um dos grandes críticos sobre a temática, ressalta que o sentido do termo sustentabilidade “foi deslizando, tornando-se cada vez menos explícito e mais ambíguo.” Para ele a palavra sustentabilidade “[...] passou a servir para apresentar como duráveis e sustentáveis justamente as práticas mais suspeitas de serem não duráveis.” Acselrad chama a atenção para a formulação do conceito apenas como “retórico” e como “definição genérica”, referindo-se ao Relatório Brundtland, colocando em jogo “a concentração do poder sobre os recursos por um pequeno número de grandes corporações”. O que se percebe é o predomínio do discurso esvaziado com o objetivo de beneficiar apenas o mundo dos negócios.

² Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Ver em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2013.

3. POLÍTICA PARA ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

Na esfera das disputas pelo conceito de sustentabilidade foi identificado o contexto particular onde a política para Escolas Sustentáveis se localiza: a política para a sustentabilidade. Gestores que contribuíram para sua criação, como parte dos representantes de movimentos sociais, ONGs, Relatório das ONGs, Tratado da Educação Ambiental, entre outros; foram firmes nesta posição.

Essa política foi fundamentada em documentos e políticas públicas de educação ambiental, principalmente brasileira. Como vimos no tópico anterior, um dos documentos importantes, criado na década de 1990, foi o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Outro documento, que cabe aqui ressaltar, é a Agenda 21. Este documento foi um dos acordos importantes que foi definido pelo Ministério do Meio Ambiente (2013) “como um instrumento de planejamento para a *construção de sociedades sustentáveis*, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.” Mesmo que em seu documento seja dado maior respaldo ao termo desenvolvimento sustentável, em sua apresentação é explicitado que a Agenda 21 “é o mapa e o roteiro para a construção de uma *sociedade sustentável*.”³

A partir da Agenda 21 é criado pelo governo federal o Programa Nacional de Educação Ambiental –ProNEA, que ressalta a importância de uma educação voltada para a sustentabilidade. Um de seus objetivos é o de “promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na *construção de sociedades sustentáveis*.” (BRASIL, 2005)

A Lei nº 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), foi outro documento importante. Trouxe como um de seus princípios básicos para a educação ambiental: “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da *sustentabilidade*.” Assim como um de seus objetivos fundamentais é “o estímulo à

³ Ver em: Agenda 21. <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 20 fev 2014. Pag.8.

cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e *sustentabilidade*.” (BRASIL, 1999).

Outras resoluções foram firmadas como a Implementação do Programa Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola, pelo MEC no ano de 2001, na qual se fundamentou na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), retomando os princípios e objetivos da educação ambiental para a sustentabilidade. Assim como houve a Regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.795) no ano de 2002, na qual é criado o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, que compartilha da mesma missão do Programa Nacional de Educação Ambiental e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global: *a construção de sociedades sustentáveis*.

4. ESCOLAS SUSTENTÁVEIS COMO PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

A primeira manifestação para a política para Escolas Sustentáveis ocorreu após a participação de especialistas no colóquio denominado “Sustentabilidade, Educação Ambiental e Eficiência Energética: um Desafio para as Instituições de Ensino e para a Sociedade”, realizado no dia 26 de junho de 2009, em Brasília (TRAJBER e SATO, 2010). Neste encontro, promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), discutiu-se sobre os rumos da educação, especificamente, os rumos da educação ambiental.

Os temas apresentados foram tão profundos e tocantes que geraram as primeiras reflexões para a construção da proposta que hoje se denomina Escolas Sustentáveis. Segundo Trajber e Sato (2010), os temas abordados no primeiro momento do evento foram os mais instigantes. Estavam entre os conferencistas Moacir Gadotti, representado o Instituto Paulo Freire, na qual abordou os temas sustentabilidade, educação ambiental e construções sustentáveis; Roberto Lamberts da Universidade Federal de Santa Catarina que apresentou modelos de construções de casas solares; e Marco Antonio Saidel da

Universidade de São Paulo, que trouxe alternativas para o uso eficiente de energia. (CDES, 2014).

Após o colóquio os representantes da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério da Educação (MEC), Universidades Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) ⁴ passaram a pensar em uma proposta de educação que contemplasse o que acreditavam e sonhavam, e que viesse ao encontro das políticas já existentes.

A proposta inicial, além de receber o incentivo do evento, necessitou de um árduo estudo e pesquisa. O Plano Nacional sobre Mudança do Clima foi uma das leituras essenciais dando suporte ao projeto, na qual “propõe a implementação de programas de espaços educadores sustentáveis com readequação de prédios (escolares e universitários) e da gestão, além da formação de professores e da inserção da temática nos currículos e materiais didáticos”. (BRASIL, 2008).

Também contribui para a proposta da política para Escolas Sustentáveis o Decreto nº 7.083/2010. Este decreto propõe a ampliação do tempo de permanência dos alunos (as) na escola, através do Programa Mais Educação e também determina, no inciso V, “o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis” (BRASIL, 2010).

Segundo o blog do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), o programa também buscou inspiração em outras propostas existentes. Seguindo as pistas deixadas no artigo de TRAJBER e SATO (2010), a proposta inglesa a que o blog se refere é a desenvolvida pelo Projeto Escola Sustentável⁵. O projeto tem como filosofia a educação para a sustentabilidade, integrando currículo, comunidade e práticas. Também é citado o trabalho realizado pelo EcoCentro IPEC - Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado e o livro produzido pelo instituto denominado “Criando Habitats na Escola Sustentável”, tendo como autoria Lucy Legan (LEGAN,2009).

Após um período de estudos, pesquisas, construções, desconstruções e acatando as orientações do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e

⁴ Entre eles Rachel Trajber(CGEA); Icléia Albuquerque de Vargas (UFMS), Glauce Viana de Souza e Michèle Sato (UFMT), Dulce Maria Pereira e Jorge Luiz Brescia (UFOP).

⁵ Ver em: [http://www.sustainableschoolsproject.org./](http://www.sustainableschoolsproject.org/)

Responsabilidade Global e a Avaliação Ecosistêmica do Milênio⁶, entre outros documentos (TRAJBER e SATO, p.72, 2010), é lançado em agosto de 2010, no Sesc Pantanal, em Poconé (MT), o Programa Escolas Sustentáveis. Ocorreu através do processo formativo em Educação Ambiental denominado “Escolas Sustentáveis e Com-Vida”, vinculado a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este curso⁷ foi oferecido para representantes de 180 escolas, destinado a 2800 cursistas (alunos, professores e gestores) e envolveu dezoito Secretarias de Educação (SEDUC) de dezoito estados. Contou com o apoio do MEC e de algumas universidades, entre elas Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, assim como contou com o apoio da Coordenação Geral de Educação Ambiental. O objetivo inicial foi o de implementar o projeto em escolas de Ensino Médio, juntamente com o Programa Mais Educação.

O programa se vinculou a três pressupostos pedagógicos: cuidado, integridade e diálogo. Esses pressupostos articulados a três elos: Espaço, currículo e gestão. Segundo TRAJBER e SATO (2010),

[...] as escolas sustentáveis querem envolver escola e comunidade em pequenos projetos ambientais escolares comunitários, considerando o sujeito [estudante] percebido no mundo, suas relações no mosaico social da escola e seu entorno [comunidade] e no desenvolvimento de atividades, projetos e planos que se entrelacem com o local [bairro, município educador sustentável], promovendo diálogos entre os conhecimentos científicos, culturais e saberes locais.

Em 2012, para fortalecer a implementação do programa, foi assinada pelos ministros de Estado da Educação e ministra de Estado do Meio Ambiente a PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 883, DE 5 DE JULHO DE 2012. Com os objetivos de:

⁶ “O documento teve por objetivo avaliar as consequências que as mudanças nos ecossistemas trazem para o bem-estar humano e as bases científicas das ações necessárias para melhorar a preservação e uso sustentável desses ecossistemas e sua contribuição ao bem-estar humano.” Disponível em: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/content/avaliacao-ecossistemica-do-milenio>. Acesso em: 20 fev 2014.

⁷ Curso oferecido até o ano de 2014, nos estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo. Um exemplo é o caso da Universidade Federal de Ouro Preto. Ver em: <<http://www.cead.ufop.br/index.php/pos-graduacao/escolas-sustentaveis>>. Acesso em: 10 fev 2014.

Propiciar atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais, com ênfase na participação social e nos processos de melhoria da relação ensino/aprendizagem, em uma visão de educação para a sustentabilidade e o respeito à diversidade de modo a:

Fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino;

Fortalecer a participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente;

Apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade, contribuindo para que se constituam em espaços educadores sustentáveis a partir da articulação de três eixos: gestão, currículo e espaço físico;

Estimular a inclusão de propostas de sustentabilidade socioambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) a partir da gestão, currículo e espaço físico;

Criar e fortalecer as COM-VIDAS - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida⁸ nas escolas, como espaços de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos e prevenção de riscos e emergências ambientais;

Contribuir para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável⁹ e para a consecução das Metas do Milênio¹⁰, ambas iniciativas das Organizações das Nações Unidas, em uma perspectiva da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis;

Fortalecer a participação da juventude na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e incentivá-la a contribuir com a solução dos problemas socioambientais.

Desde 2003, a juventude brasileira vem recebendo o incentivo, através dos Ministérios da Educação e Meio Ambiente, para a participação nas decisões políticas relacionadas à educação ambiental. Através de conferências com os coletivos (alunos, professores, funcionários, pais, representantes da comunidade, enfim todos os envolvidos direta ou indiretamente com a escola), dedica-se tempos a refletir sobre os

⁸ A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - Com-Vida - é uma nova forma de organização na escola, que cria conselhos de meio ambiente, articulado aos Círculos de Aprendizagem e Cultura (Conforme definição de Paulo Freire). Os principais articuladores da Com-Vida são os estudantes, assim como pessoas da comunidade escolar e representantes de outras organizações interessados na proposta. Disponível em: < http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/com_vida_isbn_final.pdf>. Acesso em: 15 fev 2014.

⁹ De 2005 a 2014. “É também uma rede de responsabilidades pela qual os governos, organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e comunidades locais ao redor do mundo podem demonstrar seu compromisso prático de aprender a viver sustentavelmente.”

¹⁰ Um de seus objetivos é o de garantir a sustentabilidade ambiental.

problemas encontrados na escola/comunidade e buscam-se possíveis soluções através da construção de projetos.

A última Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, em 2013, envolveu muitos jovens de diversos estados e municípios. O tema desta conferência foi “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”. O livreto referente a esta conferência retoma o conceito de Escola Sustentável, referindo-se a ela como

um local onde se desenvolvem processos educativos permanentes e continuados, capazes de sensibilizar o indivíduo e a coletividade para a construção de conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e competências voltadas para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável. (BRASIL,2012)

Também foram disponibilizadas no site do MEC, as Webs Conferências, na qual em seu 2ª encontro, José Vicente de Freitas, coordenador Geral de Educação Ambiental, define Escola Sustentável como uma proposta que incentiva a possibilidade de reflexão sobre “*outra forma de sermos no mundo*”. Assim como Neusa Helena Rocha Barbosa, assessora técnica do Ministério da Educação (MEC), no mesmo espaço reforça que uma escola sustentável “*precisa ser sustentável também nas relações com as pessoas.*”¹¹. Uma escola sustentável não pode ser reduzida as atividades práticas, ela precisa ter um olhar holístico. As práticas são importantes, podendo muitos projetos partir delas, mas deverão ir além, provocando e proporcionando a transformação do sujeito e seu meio.

Para fortalecer essa política, no ano de 2013, foi lançado o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)¹² – Escola Sustentável, com o propósito de garantir recursos para que as escolas desenvolvam projetos de ações voltados para a sustentabilidade. Este recurso, num total de R\$100 milhões, disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o objetivo de dar assistência financeira às escolas da rede pública de ensino. A meta para o ano de 2013 foi de atingir 10.000 escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio. O Objetivo da Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013 consiste:

¹¹Disponível em:<http://www.youtube.com/watch?v=aonpUJ06PQU>

¹²PDDE – Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>>. Acesso em: 15 jan 2014.

no repasse financeiro, por meio de transferência de recursos de custeio e de capital, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais na adoção de critérios de *sustentabilidade socioambiental*, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de forma a torná-las *espaços educadores sustentáveis*.

Também, durante a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, a presidenta Dilma Rousseff declarou que "O Ministério da Educação (MEC) está se empenhado em assegurar um apoio crescente a essa questão das escolas ecológicas e escolas sustentáveis. Nós teremos uma meta de chegar a 10 mil escolas ainda em 2014." (PORTAL BRASIL, 2013).

A partir da CD/FNDE nº 18, algumas escolas que já haviam participado da III CNIJMA e que apresentaram toda a documentação necessária, passaram a receber a verba do PDDE- Escolas Sustentáveis. Um ganho positivo para a educação ambiental brasileira e fortalecimento da proposta da política para Escolas Sustentáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar que o programa para Escolas Sustentáveis está fundamentado em políticas e documentos que tentam se afastar do modelo de desenvolvimento vigente. É uma proposta que reforça as políticas existentes sobre educação ambiental caminhando em direção à sustentabilidade socioambiental.

O processo de ambientalização, como a promoção da "internalização de valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com meio ambiente", é um dos fins intrínsecos da política para ES, pois busca contribuir para a construção de espaços educadores sustentáveis, através do incentivo a ambientalização do currículo, a gestão democrática e o espaço físico repensado com a comunidade escolar, assim como, é um programa que incentiva a práxis reflexiva e prioriza o diálogo entre os conhecimentos científicos, culturais e saberes locais.

O processo formativo "Escolas Sustentáveis e Com-Vida" foi identificado como essencial para o fortalecimento da política para ES. Infelizmente esta formação não está presente em todos os estados do Brasil. No ano de 2014, apenas os estados de Alagoas,

Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo, aderiram. Um número muito significativo, mas ainda pouco, se relacionado ao número de estados brasileiros.

A CNIJMA, principalmente a última edição, foi apresentada como o elo entre a política para ES e as escolas de educação básica brasileira. Cada estado teve um número expressivo de escolas participantes, sendo que na primeira etapa (conferências nas escolas), 16.945 enviaram seus projetos para o MEC.

A política para Escolas Sustentáveis está aos poucos sendo difundida no Brasil com a proposta de transformar as escolas em espaços educadores sustentáveis. O que se espera é que esta prática seja sistêmica, fortalecida pelos processos formativos, legislações, conferências, assim como outros movimentos e, com isso, provocadora de mudanças locais (escola e comunidade) e, conseqüentemente, globais (educação brasileira).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD. H. Ambientalização das lutas sociais. Revista estudos avançados 24 (68), p. 103-119, 2010.

_____. Sustentabilidade: a retórica esvaziada. Revista Ciência Hoje. Edição

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o programa mais educação. Diário Oficial da União, Brasília, 27 jan. 2010.

_____. Lei n. 9.795, 27 abr. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 28 abr. 1999.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais. Brasília: 2012.

_____. Plano Nacional e Mudanças Climáticas, Decreto nº 6.263 (21 / 11 / 2007), Brasília, 2008.

_____. Portaria Interministerial nº 883, de 5 de julho de 2012. Dispõe sobre a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Diário Oficial da União. 6 jul 2012, MEC, pag. 24.

_____. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA: documento básico. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3.ed. Brasília, 2005.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. A Invenção Ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. e TONIOL, Rodrigo Ferreira. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. , v. Esp., p.1-12. 2010.

CDES- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Colóquio reúne especialistas para debater educação e eficiência energética. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/noticia/10369/coloquio-reune-especialistas-para-debater-educacao-e-eficiencia-energetica.html>> . Acesso em: 11 mar 2014.

GPEA. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte. Escolas Sustentáveis. Disponível em: <<http://gpeaufmt.blogspot.com.br/p/pesquisadorxs.html>>. Acesso em: 13 out 2013b.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um conceito?. Proposta, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. Horizontes Antropológicos, v. 12, 2006, p. 31-64

LEGAN. Criando habitats na escola sustentável: livro de educador. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Pirenópolis, GO: Ecocentro IPEC, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/569?Itemid=670>>. Acesso em: 10 jul 2013.

ONU. Declaração de Estocolmo de 1972. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 26 jul 2013.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C. de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. Desenvolvimento Sustentável. 4ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. especial, p. 70-78, 2010.